

JOSÉ MARIO BRASILIENSE CARNEIRO

Quando observamos a dinâmica política local, especialmente em cidades pequenas, notamos que a organização partidária está intimamente ligada à vida comunitária. Os grupos familiares e os vínculos sociais que unem as pessoas exercem grande influência sobre as relações que se estabelecem no cenário político.

Nas grandes cidades a relação entre vida comunitária e vida política não é tão direta pois há uma maior presença dos grupos intermediários.¹ Tornam-se fundamentais para o dinamismo da política a mediação de igrejas, movimentos sociais, associações, sindicatos, jornais e, obviamente, dos partidos políticos.

Nas pequenas cidades têm um peso maior os valores culturais e religiosos, as tradições, a história e os vínculos sociais. Nas grandes, a luta pela sobrevivência, as relações conflitivas de trabalho e as lutas por direitos ganham coloração mais forte.

Qualquer que seja a situação é possível notar que existe, na dinâmica das cidades, uma distinção entre o âmbito comunitário e o âmbito político. Para Martin Buber o que define a comunidade, em contexto contemporâneo, é a multiplicidade de pessoas e contextos, onde é sempre possível para qualquer um que a ela pertença “estabelecer relações autênticas, totais, sem finalidades...

1 Grupos intermediários são as entidades sociais de tipo associativo que “organizam”, por assim dizer, o tecido social no campo privado e exercem um papel de mediação umas com as outras, bem como entre a sociedade civil e as instituições do Estado. Os grupos intermediários podem ter cunho religioso, cultural, esportivo, assistencial, profissional etc.

entre todos os membros.” Ou seja, na comunidade se dão as relações mais profundas entre indivíduos que não visam interesses objetivados em metas profissionais, políticas ou econômicas.²

Neste sentido, a comunidade estaria mais ligada ao desenvolvimento integral das pessoas. Isso porque a espontaneidade e a liberdade da comunidade, segundo Buber, fazem dela um espaço fecundo para o desenvolvimento humano. Para o autor existem ao menos três aspectos que dão às comunidades este caráter educativo:

1. A relação imediata entre as pessoas, quer dizer, relação sem a mediação de interesses, ideias ou objetos comuns;
2. A totalidade da relação, isso é, relação entre pessoas inteiras (totais) que compartilham a vida presente com o outro e;
3. O não utilitarismo, ou seja, na comunidade uma pessoa não é instrumento de outra para que esta chegue a um determinado fim.³

Vemos que determinados padrões éticos são fundamentais para os membros de uma comunidade. A questão é saber até que ponto o Estado e no seu contexto, a política municipal, se apoia em normas éticas comunitárias. Na visão de Edith Stein, filósofa contemporânea a Buber, “os valores éticos são valores pessoais. Eles dizem respeito à existência da pessoa e aos seus comportamentos”.⁴

Segundo a autora, os comportamentos humanos dão precedência a alguns valores em detrimento de outros. Os costumes reconhecidos como moralmente justos são apresentados às pessoas como um dever moral. Alguns destes valores são assumidos pelo direito positivo e pelo Estado, sendo que outros não. Por exemplo, questões como humildade e orgulho, amor e ódio, admiração e desprezo, em geral, não tem nenhum significado para o Estado de direito.⁵

A pergunta que nos colocamos é a seguinte: até que ponto os temas de fundo ético são determinantes para as pessoas que entraram na arena eleitoral

2 Martin Buber (1878-1965). Sobre Comunidade. Editora Perspectiva. São Paulo. 2008. Páginas 87 e 88.

3 Op. cit. página 89.

4 Edith Stein (1891-1946). Una ricerca sullo Stato. Città Nuova. 1999. Página 142.

5 Op. Cit. Página 143.

e para seus eleitores? Sabemos que vários candidatos entram na política por uma opção consciente e ética. Há também candidatos que surgem de um tradicional engajamento familiar. Existem ainda os militantes que enfrentam com coragem cenários políticos arcaicos para resolver problemas crônicos da comunidade.

Seria de se esperar que candidatos que atuam com maturidade, clareza de propósitos e elevados padrões éticos teriam mais chances de realizar projetos interessantes para sua cidade. Podemos dizer que a política voltada exclusivamente ao bem comum seria uma política ideal do ponto de vista ético. A ética estaria, portanto, vinculada aos valores do presente e, sobretudo, à finalidade última da ação política.

Em 2012 foram cerca de 450 mil pessoas, ou seja quase meio milhão de candidatos, que batalharam politicamente para ocupar as cadeiras dos Poderes Executivo e Legislativo nos 5.567 municípios do Brasil. Seria impossível mapear as finalidades que motivaram cada candidato e candidata nesta vasta empreitada cívico-política. Na qualidade de eleitores podemos nos perguntar se o sentido ético que as pessoas e os partidos deram às campanhas, milhares delas vencedoras, determinarão o sucesso ou insucesso dos mandatos que exercerão entre 2013 e 2016.

Neste sentido, a qualidade da política local que teremos no Brasil nos próximos anos dependerá da qualidade dos projetos políticos de prefeitos, vereadores e suas equipes de governo. Caberá aos cidadãos este acompanhamento e parece-nos que, de partida, ao depositarmos nossos votos o fizemos com um olhar de esperança em relação à política local. Não pela certeza na postura ética - impossível de se ter diante do livre arbítrio que caracteriza o ser humano - mas certamente em relação aos propósitos inerentes aos agentes públicos que se candidatam, em tese, para servir ao bem comum.

Por outro lado esta esperança pode também repousar no fato de que nas cidades e nos campos estão sempre surgindo novas lideranças e novas ideias. Em outras palavras, a simples renovação geracional nos dá esperança em relação à política local. Isso não quer dizer que não devamos ter esperança na política estadual e federal. Ao contrário, as esferas de governo, em uma federação, estão ligadas e integradas umas às outras. Sem embargo, a política local guarda sempre uma certa autonomia ainda que o fenômeno da “verticalização política” esteja presente em nosso país.

Nos últimos 10 anos, a cada eleição municipal e em todo início de mandato, de fato nos entusiasmos com várias pessoas de bem que se põem a serviço dos outros. Temos podido observar que o município é definitivamente



um celeiro onde novas lideranças estão sempre a surgir. Em outras palavras, o município pode ser visto como uma escola permanente de democracia, governo e gestão pública.

Não por acaso muitas carreiras políticas iniciam-se no plano municipal. Aquele que exerce um cargo em Prefeitura ou Câmara de Vereadores aprende o que é política por dentro das estruturas. Temos podido notar isso ouvindo alunos da Oficina Municipal que testemunham que aprenderam a gerir o bem público na prática do dia a dia da administração pública.⁶ Há também quem se acomode e se desencante com a política logo de partida numa experiência municipal mal sucedida. Mas são maioria os que descobrem e redescobrem no âmbito da política seu potencial de transformação da realidade.

Decisões políticas nos municípios trazem consequências para a vida das comunidades locais, bairros, associações, clubes, igrejas e empresas. Como em um movimento que parte do núcleo de vários círculos concêntricos, a política local transmite força para região, da região para o estado e do estado para união. Em outras palavras, o exercício da democracia local pode ter repercussões na política nacional ou mesmo no plano internacional.

Neste sentido a autora alemã Hanna Arendt, famosa por suas obras no campo da filosofia política e dos direitos humanos, observando pelo lado negativo a força da política local já afirmou que “os movimentos totalitários brotaram no mundo não-totalitário”.⁷ No nosso mundo cotidiano, às vezes sem que nos apercebamos, ideias e propostas, boas e más, são forjadas permanentemente. Por isso devemos estar atentos para a vida cívica aparentemente ordinária das cidades. O zelo democrático local é fundamental para garantir a democracia em todas as esferas do Estado.

Pensando nisso nos recordamos de outro personagem alemão, Konrad Adenauer, que resistiu ao movimento nacional socialista na condição de prefeito de Colônia e terminou cassado por Hitler.⁸ Mas o mundo dá voltas. Ao final da segunda guerra o mesmo Adenauer foi eleito presidente da Assembleia

6 A Oficina Municipal é uma Escola de Cidadania e Gestão Pública parceira da Fundação Konrad Adenauer que desde 2002 realiza cursos de política e administração municipal (www.oficinamunicipal.org.br).

7 Arendt, Hanna (1906-1975). “Compreensão e política”. In: *A dignidade da política: ensaios e conferências*. Organizador: Antonio Abranches. Tradução: Helena Martins, Fernando Rodrigues, Frida Coelho, Antonio Abranches, Cesar A. R. Almeida e Claudia Drucker. Rio de Janeiro. Relume-Dumará, 1993, p. 41.

8 Sobre a trajetória de Konrad Adenauer ver: Hofmeister, W. e Carneiro, J.M.B: “Franco Montoro e Konrad Adenauer: trajetórias em comunhão”. In: *Ensaio em homenagem a Franco Montoro*. Instituto Jacques Maritain do Brasil, Fundação Konrad Adenauer e Edições Loyola. São Paulo, 2001, p. 35.

Constituinte e Chanceler da República, condição em que liderou a reconstrução moral, política, social e econômica de seu país.

Escrevendo este modesto ensaio sobre a esperança na política local, buscamos escutar alguns prefeitos sobre a sua opinião a respeito da vida pública.

⁹ Ao perguntarmos *porque candidatar-se em eleições municipais* as justificativas foram variadas. Dentre elas elegemos cinco que nos pareceram ser as mais simples e diretas e, que por isso mesmo, mereceram nossa maior identificação. A partir destes pontos fizemos breves reflexões procurando aprofundar alguns conceitos com base em leituras indicadas nas referências bibliográficas. Trata-se portanto de um ensaio, que não necessariamente irá refletir as opiniões de nossos interlocutores e que não pretende padrões acadêmicos de pesquisa.

PRIMEIRA JUSTIFICATIVA:

É importante candidatar-se para colocar-se a serviço da comunidade e para melhorar a qualidade de vida da população.

Esta pode ser a razão mais difundida durante uma candidatura a prefeito ou vereador. De fato, fazer política é estar à disposição da comunidade para servi-la de modo que todos tenham qualidade de vida. E aqui a palavra *serviço* nos chamou atenção. Trata-se de sair de si para ir em direção ao outro. O conceito de serviço aplicado à política esteve sempre presente, por exemplo, no contexto do movimento democrata cristão.

Na Europa dos anos 1950 emergiu um entusiasmo político de militantes cristãos que buscavam responder “à esperança ardente de promover uma profunda renovação da sociedade europeia a partir do cristianismo, partindo de uma ideia da política tida como missão, ato de caridade em favor do próximo, *dom de si e serviço* aos demais”.¹⁰

Este movimento em direção ao outro na verdade pressupõe uma disposição de escutar o outro. Do que precisa? O que me pede? Como posso ajudá-lo? Uma patologia muito comum na intenção de servir é, paradoxalmente,

9 Foram entrevistados o prefeito de Taquarituba, Miderson Milleo e o ex-Prefeito de Riversul, Marcelino Biglia, ambos integrantes de delegações de prefeitos que participaram de Programas de Visita e Informação na Alemanha a convite da Fundação Konrad Adenauer.

10 Durand, Jean-Dominique. *Storia della Democrazia Cristiana in Europa. Dalla Rivoluzione francese al postcomunismo*. Guerini e Associati. Italia, 2002, p. 201 (tradução e grifo nossos).



oferecer algo que o outro não precisa ferindo o princípio da subsidiariedade.¹¹ Em outras palavras, é muito comum querer impor um serviço ou um bem desnecessário. É comum também oferecer bens e serviços que criam relações de dependências de onde surgem os vícios do chamado assistencialismo.

As pesquisas de aprovação de governantes e as investigações que buscam levantar as prioridades da população podem dar parte da indicação sobre o que deve ser priorizado pelo governo municipal. Pesquisas indicam com maior precisão os problemas mais agudos. Mas pesquisas não são suficientes. É preciso um contato direto com as comunidades para ouvi-las e, de certa forma, “abraça-las” nas suas necessidades reais.

Neste sentido afirma Stein que o Estado “pode representar um vestido pronto para agasalhar uma comunidade-povo” a ele subjacente.¹² A guarda exercida pelo Estado em relação às comunidades locais deve, no entanto, respeitar o já referido princípio da subsidiariedade de modo que estas possam se desenvolver a partir de uma corrente de vida na qual se inserem todos os indivíduos que as formam.

Neste dinamismo vital e criativo é certo que parte dos membros de uma comunidade possuem uma maior “consciência comunitária” que abraça intencionalmente a multiplicidade aberta de indivíduos que a ela pertencem.¹³ A consciência comunitária é na verdade um pré-requisito para o diálogo, consciente e livre, entre a sociedade civil e os órgãos de Estado do plano municipal.

Importante grifar que em uma comunidade, ou em várias comunidades, por serem constituídas de pessoas diferentes e únicas, com necessidades diversas, está posta a questão: o que é servir? É padronizar políticas públicas? Certamente não. E aí reside o grande desafio do Estado. Desafio que, no caso do Brasil, pode ser superado em grande medida pelas estruturas descentralizadas da federação dentre as quais se destacam os municípios e os consórcios públicos intermunicipais que, em cooperação com os governos estaduais, definem o chamado nível “subnacional”.

Sem embargo, antes de ser um desafio para o Estado, servir uma comunidade é um desafio para os seus próprios integrantes. Normalmente os membros de uma determinada comunidade deveriam ser os primeiros a servir aos demais membros. Este serviço é constitutivo da própria comunidade. Cada

11 Sobre este tema sugerimos a leitura de textos sobre o princípio da subsidiariedade por exemplo em <http://parcourszachee.com/> ou ainda no *Compêndio da Doutrina Social da Igreja*, números 77, 91, 185 e 186. Edições Paulinas. São Paulo, 2009.

12 Edith Stein. *Una ricerca sullo Stato*. Città Nuova Editrice. Roma, 1993, p. 47.

13 Op. Cit., p. 35

gesto de solidariedade no plano das relações privadas é serviço. Aprende-se a viver com o outro no serviço.

Por isso, para quem se candidata a um cargo eletivo, a principal referência para bem compreender o que é servir no plano público é conhecer bem as dinâmicas solidárias no campo privado das associações, grupos, igrejas etc. A sensibilidade para as reais necessidades de uma comunidade se desenvolve na medida em que se participa dela. Por isso um candidato não deveria distanciar-se jamais de sua comunidade enquanto cidadão comum. Na Oficina Municipal cunhamos o conceito de gestor-cidadão para definir o agente público que conserva sua consciência e engajamento cívico “acordados”, mesmo no contexto do serviço público ou de um mandato temporário.

E finalmente é preciso refletir do que se trata a qualidade de vida. Podemos definir qualidade de vida emprestando a noção de bem comum, ou seja, o conjunto das condições para que todas as pessoas se desenvolvam integralmente ao longo de sua vida, sem atrasos ou impedimentos. Importante afirmar que quando se tem em conta o bem comum trata-se da qualidade de vida de toda a população. Ninguém pode ficar de fora pois, caso contrário, não seria o bem comum, mas o bem de alguns.

A qualidade de vida pode ser atingida de diversos modos e em diversos planos.¹⁴ A começar pelas famílias que provêm as necessidades básicas para seus dependentes, crianças, jovens, adultos e idosos. Mas há limites para os cuidados e muitas coisas das quais precisamos são oferecidas pelas empresas em diversos mercados. Bens de consumo e serviços nos dão qualidade de vida mas podem ser insuficientes. Surge então o papel do Estado como provedor de serviços e bens de caráter universal tais como saúde, educação, infraestrutura, habitação, abastecimento, cultura etc. Boa parte destes bens públicos é oferecida pelas prefeituras. Por isso a nossa preocupação com a política local e com seus atores no poder executivo e legislativo que são diretamente pressionados para atender às solicitações da população.

14 Sobre o papel do Estado na promoção do Bem Comum ver Compêndio da Doutrina Social da Igreja, op. cit., números 168 e 169.

SEGUNDA JUSTIFICATIVA:

O homem público tem o dever de não só administrar as coisas públicas, mas também dar exemplo de cidadania.

Trata-se aqui de refletir sobre que tipo de comportamento o candidato deverá durante sua candidatura e potencial mandato. Como o candidato entende a gestão e como realizará a administração do bem público. Conversando com candidatos surgiu a questão de que na nossa sociedade as pessoas se preocupam pouco com o bem público. E por esta displicência acabam se acostumando com as coisas irregulares que ocorrem, como se fosse algo normal. Esta banalização das irregularidades precisa ser combatida e este pode ser, até mesmo, um motivo para candidatar-se.

Afinal, qual é o valor da coisa pública? Esta questão é complexa. Por um lado a coisa pública tem um valor monetário. Tudo é custeado através de impostos e taxas que o contribuinte recolhe. Este é um argumento comum quando se reclama do mal feito na política: fazem isso com o dinheiro do contribuinte. Além do aspecto monetário há uma dimensão moral no valor da coisa pública. Ela interessa a todos e portanto, quem zela pelo bem público tem um papel moral de cuidar daquilo que não é seu.

O que é banalizar as irregularidades? Este fenômeno de achar normal o que é errado na administração pública pode ter a ver, ao nosso ver, com duas patologias sociais: uma anestesia da consciência e um relativismo de valores. A anestesia é provocada, em grande parte, pelo bombardeio de informações desconstruídas a que estamos sujeitos. Como não conseguimos digerir e discernir muitas vezes simplesmente nos desligamos dos problemas. Buscamos alguma forma de anestesiarmos nossa própria consciência para não sermos incomodados com algo que de fato é um problema. Em parte esta anestesia também está ligada à impotência que temos diante dos fatos. Não temos canais para reagir e corrigir o que está mal feito na política e na gestão pública. Alguns batalham por mudança e se cansam ou frustram-se. Outros nem se movem.

Estes comportamentos podem também estar associados à questão do relativismo, um tema muito delicado e difícil de definir. Poderíamos dizer que relativismo significa acreditar, como se costuma dizer hoje em dia, que cada um tem a sua verdade. Na mentalidade relativista não se deve criticar o outro por suas atitudes pois, cada um é livre para fazer o que quer. Tudo é relativo. No âmbito privado as pessoas parecem se acostumar mais facilmente com a ideia de que a tolerância é a lei maior a não ser quando se trata de um grande

escândalo. No campo da política a opinião pública em geral se posiciona de forma mais determinada contra a ideia de que “tudo é relativo”. Um político não pode operar segundo o princípio relativista, sobretudo quando é óbvia a intensão de “levar vantagem” em tudo e sobre todos.

Na verdade, seja em âmbito público como privado, liberdade e tolerância têm limites que são ditados, ao fim e ao cabo, pela consciência das pessoas. Pelo noticiário político vemos que atores conscientes que vão contra a corrente e criticam o mal feito em prefeituras muitas vezes correm riscos. Perseguições, incompreensões ou exclusões sociais podem sempre surgir quando nos posicionamos de forma crítica. Mas sem postura crítica não pode existir uma política justa e humana.

Numa sociedade onde o consumismo e o bem estar parecem satisfazer todos os nossos desejos é preciso se estar duplamente atento para não cair na omissão e na não crítica. Para se viver em sociedade não é possível se deleitar com a vida enquanto aqueles que decidem sobre os destinos de comunidades inteiras se esbaldam com o poder.

TERCEIRA JUSTIFICATIVA:

Dar exemplos aos jovens.

Estimular a juventude a participar da vida pública é de fato uma bela motivação para uma candidatura dos mais velhos. “Vejam, servir a comunidade vale a pena!” É possível realizar-se como cidadão e como pessoa participando da política municipal. E o que é dar exemplo? Todos sabemos o que é a vontade de dar um bom exemplo. Porém muitas vezes caímos no dilema paulino: fazemos o que não gostaríamos de ter feito ou deixamos de fazer aquilo que a nossa consciência apontava como correto.¹⁵ É mesmo difícil não cair no lugar comum do “faça o que eu digo mas não faça o que eu faço”. A coerência do homem público é um ponto fundamental. Não é um fim em si mesmo. É uma pré-condição para o exercício da política.

Inevitavelmente novas gerações irão ingressar na política na medida em a democracia se desenvolva. Como ensinar os jovens? Costuma-se dizer que as palavras ensinam e os exemplos arrastam. Em geral o jovem político se apoia e acompanha um político mais velho. Se inspira em alguém que admira na política contemporânea ou no passado. Por isso todo prefeito ou vereador,

15 Ver carta de são Paulo aos Romanos 7, 1-25.



desde a sua candidatura, deve estar atento para o tipo de exemplo que está passando aos jovens.

Neste sentido os políticos, por incrível que possa parecer atualmente, poderiam, ou deveriam, ser vistos como “formadores para os valores” da política. Neste sentido Pezzella ensina que “os valores são aquelas forças que motivam as ações e se realizam quando existe um “eu quero”. Em outras palavras são os motivos que levam a uma ação. Por isso, segundo a autora, deve existir uma formação para os valores. E uma hierarquia de valores não se encontra pronta nas pessoas, mas é resultado de vários fatores como caráter, relações intersubjetivas e modelos de comportamento adotados pelas pessoas que se destacam em importância.

Entre as pessoas que se destacam na sociedade é claro que estão os líderes políticos. É claro que todos os âmbitos da sociedade, não só o político, contribuem para formação de valores. Importante afirmar, com Pezzella, que os formadores devem ser capazes de “suspender” suas próprias ideias e convicções para que seus valores possam interagir com os valores dos outros sujeitos. Trata-se de colocar-se numa atitude de escuta, diálogo e testemunho de valores autênticos.¹⁶

QUARTA JUSTIFICATIVA:

Afirmar que o jeito como se dá a vida pública pode ser mudado.

Aqui já dissemos que há muito descontentamento com a política. Diante deste fato não é possível ficar de braços cruzados. Uma candidatura, por si mesma, é uma maneira de afirmar que é possível mudar o jeito de se fazer política. Durante a campanha um candidato a prefeito ou vereador pode mostrar isso. Quando, por exemplo, não recorre a prática comum da compra do voto ou da utilização de “caixa dois”, estará mostrando que a vida pública pode ser diferente.

Durante o mandato, ou seja, no curto tempo em que o candidato eleito exerce suas funções políticas e administrativas, não se pode perder de vista que quem outorga o poder é o eleitor. Por isso os mandatários eleitos diretamente devem prestar contas ao eleitorado. Os partidos políticos também devem exercer um papel de mediação nesta prestação de contas pois não é possível

16 Anna Maria Pezzella. *Linamenti di filosofia dell'educazione*. Per una prospettiva fenomenologica dell'evento educativo. Lateran University Press. Città del Vaticano 2007. Páginas 80 e 81.

candidatar-se ao exercício de um mandato público sem vinculação partidária. Discute-se se o mandato é pessoal ou do partido. Qualquer que seja a posição, o mandato implica numa relação entre mandatários e eleitores que tem o poder de eleger, reeleger ou mesmo destituir durante o mandato.

O eleitor deve ter em conta, o que muitas vezes não ocorre, que são necessários mais de um mandato para se conseguir transformações estruturais desejadas pela sociedade. Mudanças que dizem respeito à própria ordem política, bem como à ordem social, ambiental e econômica exigem tempo. Por exemplo, quando se fala em reforma política ou tributária, tratam-se de mudanças que passam necessariamente pelo debate público e por decisões políticas nos diversos níveis de governo. Por isso o exercício do voto consciente, em um partido, programa e candidatos, deveria alargar-se no tempo numa perspectiva de longo prazo.

Um mandato de prefeito ou vereador tem certamente um peso de enorme relevância quando se deseja lutar por mudanças estruturais no plano municipal. Por exemplo, a elaboração e implantação de um plano diretor pode levar décadas. Uma política de educação é normalmente elaborada para o prazo mínimo de 10 anos. O mesmo pode valer para assistência, saúde ou de segurança pública, setores tidos como estruturais para as mudanças no modo em que se vive em uma cidade.

Sem contar que prefeitos e vereadores possuem vínculos diretos com os governos estaduais e federal e, portanto, têm força para lutar também por mudanças que devem ocorrer nestes dois planos da federação. Especialmente quando se unem em movimentos ou entidades representativas de prefeitos e vereadores, ou ainda, em consórcios intermunicipais, as forças políticas locais podem ter vez e voz que certamente serão ouvidas nos governos dos estados e na união.

QUINTA JUSTIFICATIVA:

Levar uma mensagem de esperança e otimismo em relação à convivência humana em especial, à convivência política.

O que é esperança? Esperar é confiar no porvir. É ter diante dos olhos algo ou alguém em direção de quem vale a pena mover-se. Viver com esperança é viver feliz no presente mirando o futuro. Para muitos a esperança está em uma realização pessoal como o casamento ou a carreira profissional. Para outros a esperança está nos filhos e netos que estão crescendo e que darão continuidade

de à família. A esperança pode também estar no progresso econômico e nas descobertas da ciência. A esperança no plano político está ligada à melhoria da situação particular de cada comunidade e do país como um todo.

No passado foram muitos os homens e mulheres que viram na política uma expressão do amor e do serviço ao bem comum do povo. São Paulo disse aos Romanos: “É na esperança que fomos salvos” (Rm 8, 24). Bento XVI esclarece esta passagem dizendo que “o presente, ainda que custoso, pode ser vivido e aceito, se levar a uma meta e se pudermos estar seguros desta meta: se esta meta for tão grande que justifique a canseira do caminho.”¹⁷

O papa da Bavária refere-se à esperança da tradição judaico-cristã que conduz à vida eterna. A esperança na boa nova do Cristo que venceu a morte com o amor. Muitos homens e mulheres cristãos ingressaram nas “canseiras” do mundo da política porque tiveram esperança na força do amor. E não foram poucos. E não foram medíocres, no seu tempo, no seu lugar e na sua história.

Podemos recordar o estadista italiano Alcide de Gasperi que, com base em suas convicções de fé e amor, frequentemente citava o filósofo Bergson: “A essência da democracia é evangélica”.¹⁸ Partindo da Europa para além do Atlântico, na nova América do Sul, figuras políticas como Alceu Amoroso Lima, André Franco Montoro e Eduardo Frei deixaram suas marcas no Brasil e no Chile das ditaduras superadas.

Nesta luta pela democracia, em 1988, os constituintes brasileiros lançaram um olhar de esperança sobre o país e sobre a reconstrução das instituições públicas. Lá se foram 25 anos desde a promulgação da Constituição cidadã. Oxalá os próximos 25 anos de política local preparem uma nova safra de líderes e um novo ciclo de conquistas políticas fundamentais para o país.

Pensando especialmente na candidatura de jovens, há aqueles que já não sonham tanto como em momentos passados da política brasileira. Mas se os sonhos são a marca dos jovens é hora de despertarem para realizá-los na prática. É nosso papel, na Oficina Municipal, estimular o jovem a entrar na política e acreditar no jovem candidato. É nosso papel ter fé na liberdade, na criatividade e no dinamismo juvenil, capazes de fecundar o meio político e criar coisas novas.

É bem verdade que o jovem deve estar atento pois o ambiente político tornou-se muito profissional e hostil. Sem embargo, com coragem, acreditamos ser possível realizar-se neste campo que se mostra como perigoso, até

17 Ver a Introdução à Carta Encíclica *Spe Salvi*, 2007.

18 *Les deux sources de la morale et de la religion*. Henri Bergson, 1932.

mesmo para afastar os novatos. No fundo, na sua essência, a política é algo belo e pode ser comparada a um concerto para orquestra. É lá, ou melhor, é aqui, na política local, que as lideranças movidas pela caridade e espírito de serviço podem afinar os instrumentos e produzir bela música em favor de todo povo.

Como diz Antonio Baggio “o amor político é o amor específico que nos faz cidadãos. Mas é um amor que não se improvisa: aliás, ele é o ápice de uma vida de amor, que transborda dos limites naturais da família e dos amigos”.¹⁹

José Mario Brasiliense Carneiro é advogado com especialização em direito político pela USP, mestre em Administração Pública pela EAESP FGV-SP e doutor em Administração pela mesma. Foi Consultor da FUNDAP-SP e Coordenador de Projetos da Fundação Konrad Adenauer. Em 2002 fundou a Oficina Municipal, uma Escola de Cidadania e Gestão Pública parceira da Fundação Konrad Adenauer. Realizou estudos de pós graduação em teologia e doutrina social da igreja na Pontifícia Universidade Lateranense de Roma.

19 Antonio Maria Baggio (org.). Reflexões para a vida pública. A cultura da fraternidade e a política. Cidade Nova. São Paulo. 2006. Página 71.